



BALANÇO DE GESTÃO FNDC - Setembro/2025 a Julho/2026

Este relatório sintetiza as ações realizadas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) ao longo do primeiro ano de gestão, compreendendo o período de setembro de 2025 a julho de 2026. O documento está organizado em quatro eixos centrais: Incidência no Congresso Nacional, Comunicação, Diálogo com outros atores e Caravana do FNDC pelo Direito à Comunicação, contemplando as principais entregas, articulações e resultados alcançados nesses campos de atuação.

1. INCIDÊNCIA NO CONGRESSO NACIONAL

A gestão efetivou a contratação de uma profissional dedicada ao trabalho de incidência política junto ao Congresso Nacional, ao Judiciário e a outros espaços de poder, onde se define a legislação sobre comunicação. A atuação buscou aproximar o FNDC dos mandatos progressistas e das proposições legislativas que impactam suas pautas prioritárias, incluindo os efeitos das grandes corporações de tecnologia sobre o meio ambiente, reservas aquíferas, geração de resíduos e ocupação do solo — com destaque para a atuação contrária à instalação de unidades de armazenamento de dados (data centers) associadas à exploração de terras raras e minerais estratégicos.

1.1. Monitoramento legislativo

No período de fevereiro a julho de 2026, foi consolidado o acompanhamento sistemático de 20 projetos de lei, 1 Proposta de Emenda à Constituição (PEC), legislações já sancionadas — como a Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital) e a Lei nº 15.325/2026 (profissão de multimídia) — e decretos do Poder Executivo, como os Decretos nº 12.975/2026 e 12.976/2026, referentes à proteção de mulheres e crianças na internet. Os temas monitorados concentraram-se em quatro grandes frentes:

- Inteligência Artificial: PL 2338/2023 (Marco regulatório da IA), PL 1833/2024 (proibição de IA em direitos autorais sem consentimento) e PL 146/2024 (uso de IA para alteração de imagem/som, como deepfakes).
- Telecomunicações e radiodifusão: PL 2.352/2023 (modernização da legislação de radiodifusão, encaminhado à sanção presidencial), PL 320/2026 (alterações na Lei Geral de Telecomunicações) e PL 8.889/2017 (regulamentação do streaming).
- Plataformas digitais, proteção e direitos de comunicação: PL 2628/2022 (sancionado como Lei nº 15.211/2025 — ECA Digital) e PL 2370/2019, de autoria da deputada Jandira Feghali (remuneração do jornalismo por grandes plataformas).



- Gênero e violência digital: PL 2273/2026 e PL 02/2026 (Lei Maria da Penha Digital), PL 6194/2025 e PL 896/2023 (criminalização da misoginia), PL 805/2026 (enfrentamento à violência digital contra mulheres) e PL 4300/2025 (disseminação do número 180).
- Questões socioambientais e institucionais: PL 2780/2024 (Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos), PL 4822/2025 (Minirreforma Eleitoral), PL 995/2026 (extinção da EBC), PL 3283/2025 e PEC 08/2025 (fim da escala 6x1).

1.2. Participação em audiências e no Conselho de Comunicação Social

Entre fevereiro e julho de 2026, o FNDC participou mensalmente das audiências e reuniões do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional, atuando como representante de incidência da entidade:

- Março: audiência sobre o ECA Digital, com apresentação institucional do FNDC como representante de incidência.
- Abril: nova audiência sobre o ECA Digital e participação na reunião do Conselho.
- Maio: audiência sobre a regulamentação da profissão de multimídia (Lei nº 15.325/2026) e debate sobre seus desdobramentos na reunião do Conselho.
- Maio (dia 19): participação em subcomissão da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, debatendo os impactos da exploração de minérios e terras raras sem consulta prévia às comunidades tradicionais, relacionando o tema à expansão de data centers e à tramitação do PL 2780/2024.
- Junho: audiência sobre os impactos da Inteligência Artificial, desinformação e fake news nas Eleições de 2026, seguida de manifestação sobre a importância da subcomissão da Câmara para debater o PL 2780/2024 e a Minirreforma Eleitoral.
- Julho: audiência sobre violência contra jornalistas no período eleitoral, com apresentação, leitura e distribuição de Nota Técnica sobre o PL 4822/2025.

1.3. Notas técnicas e produção de conteúdo analítico

- Nota Técnica sobre o PL 4822/2025 (Minirreforma Eleitoral), apresentada e lida em 06 de julho de 2026 junto ao Conselho de Comunicação Social, analisando os impactos comunicacionais, tecnológicos e de proteção de dados do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados.
- Nota Técnica sobre o PL 3283/2025, com apresentação prevista para 03 de agosto de 2026 junto ao Conselho de Comunicação Social do Congresso e às lideranças partidárias.
- Elaboração de conteúdos analíticos e textos de posicionamento sobre o PL 2273/2026 (Lei Maria da Penha Digital), o PL 4822/2025 e o PL



2780/2024, além de incidência nas redes sociais pela aprovação do fim da escala 6x1 (PEC 08/2025) e da criminalização da misoginia.

- Manifestação sobre os riscos à proteção de mulheres e crianças na internet decorrentes da tramitação dos Decretos do Executivo nº 12.975 e 12.976 no Senado Federal.

2. COMUNICAÇÃO

A gestão consolidou uma estratégia de comunicação multicanal, ampliando a presença institucional do FNDC nas redes sociais, no site e em canais informativos próprios, além de produzir materiais gráficos e editoriais de apoio às ações da entidade. No período de setembro/2025 a julho/2026, por exemplo, o Instagram do FNDC registrou um **aumento superior a 100% no número de seguidores** (de 1.982 para 4.230) e alcançou mais de **1 milhão de visualizações**.

Os resultados abaixo referem-se ao período de 1º de setembro de 2025 a 27 de julho de 2026:

2.1. Redes sociais (fonte: relatório Meta)

- 294 postagens originais publicadas no Instagram e no Facebook.
- 1,1 milhão de visualizações no total (1.039.592 no Instagram e 15.909 no Facebook).
- 58,6 mil interações registradas.
- 8,2 mil visitas no Instagram e 3 mil visitas no Facebook.
- Alcance orgânico de 287,9 mil pessoas.
- 147 cliques em links no Instagram e 12 cliques em links no Facebook.
- Crescimento de mais de 100% no número de seguidores do Instagram, de 1.982 para 4.230 seguidores, além de aumento de 212 seguidores no Facebook.

2.2. Site institucional (fndc.org.br)

- Manutenção e atualização contínua de conteúdo: matérias, banners, criação de novas seções para eventos, atualização e criação de páginas institucionais e inserção de documentos.
- Publicação de 86 matérias originais no período.

2.3. Novos canais e produtos de comunicação

- Criação e consolidação do Boletim do FNDC, informativo quinzenal já em sua oitava edição.
- Criação do boletim especializado "FNDC de Olho no Congresso", com publicação no site e nas redes sociais para acompanhamento da incidência legislativa.
- Criação do canal do FNDC no WhatsApp.



- Programa "Vozes pela Democracia": sugestão de temas e organização de pauta para os 42 programas realizados no período, incluindo definição de pauta e contato com convidados.
- Organização da **"Super Live"** em 17 de outubro de 2025, para a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação (Democom), reunindo diversas frentes e campanhas.

2.4. Materiais e atividades offline

- Elaboração de texto e diagramação da cartilha "Direito à Comunicação, Soberania e Democracia".
- Criação de artes para crachás, banners e demais materiais da 26ª e da 27ª Plenária Nacional do FNDC.
- Desenvolvimento de identidade visual e materiais gráficos (cartazes, banners, crachás e panfletos) para atividades institucionais da entidade.

3. DIÁLOGO COM OUTROS ATORES

A gestão priorizou a articulação institucional com o Poder Executivo, entidades da sociedade civil e organizações parceiras, reforçando a pauta pela realização da II Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e ampliando a rede de interlocução do FNDC.

3.1. Interlocução com o Poder Executivo

- Envio de 24 ofícios aos Ministérios Federais, comunicando a posição política do FNDC em defesa da democracia e da democratização da comunicação, reforçando em todos os contatos o pleito pela realização da II Confecom.
- Em novembro, solicitação formal de reuniões com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e com a Secretaria Geral da Presidência da República, reivindicando a realização da II Confecom.
- A insistência institucional resultou em contato da Secretaria Geral da Presidência da República com o FNDC, culminando em reunião com o Diretor de Participação Social da Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República, Raimundo Bonfim.

3.2. Articulação com entidades e parceiros

- Envio de 15 comunicados por newsletter a todas as entidades filiadas e parceiras do FNDC.
- Reunião Executiva realizada em 06/05/2026, com a participação de Pedro Vilela, do Comitê de Ética e Programação (COMEP) da EBC.
- Participação institucional na Conferência Livre organizada pelo FNDC, com apresentação da proposta e do documento base, e realização de grupos de trabalho temáticos (Pluralidade e diversidade na mídia; Regulação de



plataformas e tecnologias; Soberania digital; Trabalho com direitos em comunicação).

- Divulgação institucional e articulação com parceiros para participação em eventos do setor: 40º Congresso Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em Brasília; curso do DiraCom, em São Paulo; no curso do NPC, no Rio de Janeiro; e no Segundo Encontro Nacional pela Soberania Digital.
- Diálogo permanente com o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, com participação mensal em suas reuniões e audiências, consolidando o FNDC como interlocutor de referência da sociedade civil sobre políticas de comunicação.
- Atuação coordenada com a Coalizão Direitos na Rede (CDR), a Frente em Defesa da EBC e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).
- Colaboração com centros de estudos e formação, como o NPC (Núcleo Piratininga de Comunicação), Barão de Itararé e DiraCom, para a realização de cursos sobre comunicação e tecnologia.
- Plataforma Política 2026: Lançamento da plataforma com 20 pontos centrais, convidando candidaturas a assinarem uma carta-compromisso em defesa da comunicação democrática e soberana.

3.3. Captação de Recursos e Sustentabilidade

A gestão buscou regularizar a situação das contribuições entidades filiadas (que somam cerca de R\$ 80.000,00 anuais) e, ainda, superar a dependência desse recurso através de editais e parcerias estratégicas.

- Orçamento Executado (2025): O Fórum geriu um total de R\$ 284.550,00, viabilizados principalmente, pelos financiamentos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Banco do Nordeste, utilizados para a realização do 5º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC) e da Plenária Nacional, em Fortaleza (CE).
- Garantimos também no final de 2025, através do DiraCom, o repasse de recursos da Fundação Ford, para atividades de fortalecimento do FNDC e ampliação do Fórum. O recurso tem sido investido na realização das Caravanas pela Democratização da Comunicação e em defesa da soberania.
- Buscando garantir novas fontes de recursos, realizamos a inscrição, em maio deste ano, de projeto junto ao Fundo Brasil (Eixo 2) com solicitação de R\$ 160.000,00 para fortalecer a incidência na agenda de regulação de plataformas digitais, combate às violações de direitos humanos no ambiente digital e defesa do direito à comunicação. O resultado será divulgado em agosto/2026.
- O planejamento aprovado em 2025 prevê ainda a identificação de parlamentares para a destinação de emendas orçamentárias e a realização de campanhas de arrecadação financeira, o que deve ser executado no próximo período.



4. CARAVANA DO FNDC PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO

4.1. Planejamento

- Planejar e executar caravanas em 5 regiões;
- Engajar novos atores e fortalecer a rede;
- Eixos prioritários: Regulação e Taxação das Plataformas Digitais e Inteligência Artificial;
- Fortalecimento da Comunicação Pública e Comunitária (Defesa da EBC e demais Rádios e TVs públicas e Comunitárias);
- Coletar sugestões para elaboração de documento base de políticas locais e nacionais de comunicação a ser apresentado a candidaturas progressistas.

4.2. Visão geral

Iniciamos com a Caravana no Rio Grande do Sul, durante a 1ª Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, realizada entre 26 e 29 de março de 2026, em Porto Alegre. Fizemos a Caravana Belém, no Estado do Pará, com a participação de mais de 120 pessoas, em 28 e 29 de abril. Essa Caravana atraiu jovens das comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, além de expressiva presença de estudantes e acadêmicos. Não menos importante foi a Caravana Recife, realizada no dia 30 de maio, que teve caráter regional, reunindo os Comitês de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, e contou com mais de 100 participantes. Acertadamente essa Caravana mobilizou frentes de mulheres e representantes de povos tradicionais do sertão e da zona da mata. Realizamos também a Caravana São Paulo, durante a 2ª EJUV - Encontro Nacional de Comunicadores, Ativistas Digitais e Juventudes no dia 20 de junho, com presença do movimento estudantil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MTST e sindicalistas.

4.3. Principais eixos abordados

- Regulação das plataformas;
- Construção de plataformas digitais próprias;
- Pensar outros usos sociais para as plataformas digitais e demais tecnologias da comunicação;
- Criar Data Centers federados e de baixo impacto ambiental;
- Enfrentar a acumulação financeira das Big Techs;
- Incentivo ao hackativismo popular e à autodefesa digital;
- Criação de cooperativas de plataformas digitais sob o comando de trabalhadoras e trabalhadores;
- Construção coletiva de plataformas digitais alternativas;



- Aprovação do projeto de Emenda à Constituição, conhecida popularmente como PEC do Diploma;
- Valorização do piso dos e das jornalistas;
- Combate à precarização e à pejotização na comunicação e no mundo do trabalho;
- Reforma no sistema de comunicação brasileiro;
- Defesa da comunicação pública e popular;
- Taxação da Big Techs;
- Revogação da Lei Multimídia;
- Projetos populares de autogestão no jornalismo e na comunicação de forma mais ampla;
- Constituição do Conselho Federal de Jornalistas;
- Formação política e técnica de ativistas digitais;
- Interseções da pauta comunicação com outras pautas e políticas, como à exemplo do ECA Digital, dos Planos de Educação (Nacional, Estaduais e Municipais);
- Ampliação e manutenção de formas de financiamento da comunicação popular, comunitária e independente;
- Transparência nos gastos dos governos com publicidade e comunicação educativa e institucional;
- Políticas e preservação e democratização da memória da comunicação e das lutas sociais pela comunicação, do audiovisual ao textual;
- Estratégias de educação crítica sobre a mídia, com aprendizados desde a escola, e políticas estaduais de educomunicação;
- Avanços no uso de Inteligência Artificial e os direitos autorais e valorização profissional.

4.4. Conclusões iniciais

A Caravana mostrou o potencial de ampla mobilização das entidades já filiadas, mas também de aproximação de novos setores, como o Movimento Estudantil, Acadêmico e movimentos sociais de diversos segmentos e reativação dos Comitês Regionais. Em 5 atividades, reunimos mais de 300 pessoas em torno da pauta da democratização da comunicação, construímos propostas de calendários regionais e recolhemos contribuições para a Plataforma Eleitoral do FNDC.

Os encontros demonstraram que a descentralização dos trabalhos pode fortalecer o Fórum, mas também apontaram a necessidade de um calendário de formação, com abordagem prioritária na captação de recursos e incidência nas Câmaras Legislativas.

A proposta da coordenação executiva é dar prosseguimento às caravanas a partir do início de 2027.